

Resolução 1540 (2004)

**Adotada pelo Conselho de Segurança
em sua reunião de nº 4956,
em 28 de abril de 2004**

Em 28 de abril de 2004, os 15 membros do Conselho de Segurança da ONU, do qual o Brasil é um dos 5 membros temporários com mandato de um ano, evitando a submissão da matéria ao Plenário da Assembléia Geral, aprovaram esta Resolução. Por ela determina-se que os 191 Estados-Membros “interditem todo agente não-Estatal de fabricar, prover-se, preparar, possuir, transferir, utilizar armas nucleares, químicas ou biológicas e seus vetores, em particular com fins terroristas, e que eles se abstenham de tentativas de se lançarem a qualquer dessas atividades.” Nesse sentido, a Resolução cria um Comitê que pelo período de dois anos é encarregado de enviar relatórios ao Conselho de Segurança sobre a obediência dos Estados-Membros a esta Resolução. Das determinações da Resolução, por óbvio, estão excluídos aqueles países já aceitos, de fato ou de ‘direito’ no Clube Atômico.

Resolução 1540 (2004)

Adotada pelo Conselho de Segurança em sua reunião de nº 4956, em 28 de abril de 2004

O Conselho de Segurança,

Afirmado que a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, bem como seus meios de lançamento*, constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais,

Reafirmando, neste contexto, o Pronunciamento de seu Presidente adotado na reunião do Conselho em nível de Chefes de Estado e de Governo em 31 de janeiro de 1992 (S/23500), incluindo a necessidade por parte de todos os Estados-Membros de cumprir com suas obrigações no tocante a controle de armas e desarmamento, e deter a proliferação em todos os aspectos de todas as armas de destruição em massa,

Relembrando ainda que o Pronunciamento sublinhou a necessidade por parte de todos os Estados-Membros de resolver pacificamente, em concordância com a Carta, qualquer problema neste âmbito que represente ameaça ou distúrbio à manutenção da estabilidade regional e global,

-
- Definições para o propósito exclusivo desta resolução:
 - Meios de lançamento: mísseis, foguetes e outros sistemas não-tripulados capazes de lançar armas nucleares, químicas ou biológicas, especialmente produzidos para esse fim.
 - Ator não-estatal: indivíduo ou entidade, não submetido à autoridade legalmente instituída de qualquer Estado, que conduzem atividades relacionadas ao propósito desta resolução.
 - Materiais conexos: materiais, equipamento e tecnologia cobertos por tratados e acordos multilaterais relevantes, ou incluídos em listas de controle nacionais, que podem ser utilizados para a criação, o desenvolvimento, a produção ou o emprego de armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento.

Afirmando sua determinação de empreender ações apropriadas e efetivas contra qualquer ameaça à paz e segurança internacionais ocasionada pela proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento, em conformidade com suas responsabilidades primevas, como determina a Carta das Nações Unidas,

Afirmando seu apoio aos tratados internacionais que têm por objetivo eliminar ou deter a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas e a importância de que todos os Estados partícipes desses tratados implementem-nos integralmente com vistas à promoção da estabilidade internacional,

Saudando esforços nesse contexto representados por acordos multilaterais que contribuem para a não-proliferação,

Afirmando que a prevenção da proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas não deve obstruir a cooperação internacional em materiais, equipamento e tecnologia para fins pacíficos, embora objetivos de uso pacífico não devam ser utilizados para encobrir a proliferação,

Profundamente preocupado com a ameaça do terrorismo e o risco de que atores não-estatais – como aqueles identificados na lista das Nações Unidas estabelecida e mantida pelo Comitê estabelecido pela resolução 1267, e aqueles aos quais se aplica a resolução 1373 – possam adquirir, desenvolver, traficar ou utilizar armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento,

Profundamente preocupado com a ameaça do tráfico ilícito de armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento e materiais conexos, o que acrescenta uma nova dimensão ao tema da proliferação de tais armamentos e representa, ainda, uma ameaça à paz e segurança internacionais,

Reconhecendo a necessidade de intensificar a coordenação de esforços em níveis nacional, sub-regional, regional e internacional com o objetivo de reforçar uma resposta global a esse sério desafio e ameaça à segurança internacional,

Reconhecendo que os Estados em sua maioria assumiram obrigações legais restritivas sob tratados de que são partes, ou assumiram outros compromissos com o objetivo de deter a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, e tomaram medidas efetivas para

se responsabilizar, salvaguardar e proteger fisicamente materiais sensíveis, como os exigidos pela Convenção de Proteção Física de Materiais Nucleares e os recomendados pelo Código de Conduta para a Integridade e Segurança de Fontes Radioativas da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica)

Reconhecendo além disso a necessidade urgente de que todos os Estados tomem medidas adicionais efetivas para deter a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento,

Encorajando todos os Estados-Membros a implementar integralmente os tratados e acordos de desarmamento de que são partes,

Reafirmando a necessidade de combater por todos os meios, em observância à Carta das Nações Unidas, ameaças à paz e segurança internacionais provocadas por atos terroristas,

Determinado a facilitar doravante uma resposta efetiva a ameaças globais na área da não-proliferação,

Agindo sob a égide do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. *Decide* que todos os Estados devem abster-se de prover qualquer forma de apoio a atores não-estatais que procurem desenvolver, adquirir, manufaturar, possuir, transportar ou utilizar armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento;
2. *Decide além disso* que todos os Estados, em observância a seus procedimentos nacionais, devem adotar e reforçar leis adequadas e efetivas que proíbam qualquer ator não-estatal de manufaturar, adquirir, possuir, desenvolver, transportar, transferir ou utilizar armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento, em particular para propósitos terroristas, bem como tentativas de levar a cabo quaisquer das atividades supracitadas, delas participar como cúmplice, assisti-las ou financiá-las;
3. *Decide além disso* que todos os Estados devem tomar e reforçar medidas efetivas para instituir controles domés-

ticos com vistas a deter a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento, inclusive instituindo controles adequados sobre materiais conexos, e para esse fim devem:

- (a) Desenvolver e manter medidas adequadas e efetivas para responsabilizar-se e salvaguardar esses itens na produção, no uso, na armazenagem e no transporte;
 - (b) Desenvolver e manter medidas de proteção física adequadas e efetivas;
 - (c) Desenvolver e manter controles de fronteiras e esforços de aplicação da lei adequados e efetivos para detectar, dissuadir, deter e combater, inclusive por meio de cooperação internacional quando necessário, o tráfico ilícito e o agenciamento de tais itens, em conformidade com suas autoridades legais nacionais e em consonância com a lei internacional;
 - (d) Estabelecer, desenvolver, revisar e manter controles nacionais adequados e efetivos de exportação e transbordo de tais itens, incluindo leis e regulamentos para controlar exportação, trânsito, transbordo e re-exportação, e controles na provisão de fundos e serviços relacionados a essas operações de exportação e transbordo – tais como financiamento e transporte – que possam contribuir para a proliferação, bem como estabelecer controles de usuários finais; e estabelecer e aplicar penalidades criminais ou civis a violações de tais leis e regulamentos de controle de exportação;
4. *Decide* instituir, em observância à regra 28, de suas regras provisórias de procedimento, por um período não superior a dois anos, um Comitê do Conselho de Segurança, formado por todos os membros do Conselho, que irá – solicitando outra perícia quando apropriado –

submeter à apreciação do Conselho de Segurança relatório sobre a implementação desta resolução, e para esse fim convoca os Estados a apresentar em até seis meses após a adoção desta resolução um primeiro relatório ao Comitê, sobre medidas que tomaram ou tencionam tomar para implementar esta resolução;

5. *Decide* que nenhuma das obrigações discriminadas nesta resolução deve ser interpretada de modo a se contrapor ou alterar os direitos e obrigações dos Estados signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, da Convenção de Armas Químicas e da Convenção de Armas Biológicas e Tóxicas, ou alterar as responsabilidades da Agência Internacional de Energia Atômica ou da Organização para a Proibição das Armas Químicas;
6. *Reconhece* a utilidade, para implementação desta resolução, de listas de controle nacionais efetivas, e convoca todos os Estados-Membros, quando necessário, a dar ensejo na primeira oportunidade ao desenvolvimento de tais listas;
7. *Reconhece* que alguns Estados podem requerer assistência na implementação das determinações desta resolução em seus territórios e convida os Estados capacitados para tal a oferecer assistência quando apropriado, em resposta a demandas específicas, aos Estados que careçam de estrutura legal e regulatória, experiência nesse âmbito e/ou recursos para cumprir com as determinações acima;
8. *Convoca* os Estados:
 - (a) A promover a adoção universal e implementação plena, e, onde necessário, reforçar os tratados multilaterais de que são partes, cujo objetivo seja deter a proliferação de armas nucleares, biológicas ou químicas;

- (b) A adotar leis e regulamentos nacionais, onde tal ainda não tenha sido feito, para assegurar a observância aos compromissos assumidos no âmbito dos principais tratados multilaterais de não-proliferação;
 - (c) A renovar e cumprir seus compromissos com a cooperação multilateral, em particular no sistema da Agência Internacional de Energia Atômica, da Organização para a Proibição das Armas Químicas e da Convenção de Armas Biológicas e Tóxicas, como meios importantes para perseguir e alcançar seus objetivos comuns na área de não-proliferação e promover a cooperação internacional para fins pacíficos;
 - (d) A desenvolver modos adequados para colaborar e informar a indústria e a população a respeito de suas obrigações sob tais leis;
9. *Convoca* todos os Estados a promover o diálogo e a cooperação no âmbito da não-proliferação de modo a enfrentar a ameaça representada pela proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento;
10. Ainda para deter essa ameaça, *convoca* todos os Estados, em conformidade com suas autoridades legais e legislação nacionais e em consonância com a lei internacional, a agir cooperativamente para deter o tráfico ilícito de armas nucleares, químicas ou biológicas, seus meios de lançamento e materiais conexos;
11. *Expressa* sua intenção de monitorar de perto a implementação desta resolução e, em nível apropriado, tomar outras decisões que porventura se façam necessárias para esse fim;
12. *Decide* manter o controle da matéria.

Resolution 1540 (2004) Adopted by the Security Council at its 4956th meeting, on 28 April 2004

The Security Council,

Affirming that proliferation of nuclear, chemical and biological weapons, as well as their means of delivery,* constitutes a threat to international peace and security,

Reaffirming, in this context, the Statement of its President adopted at the Council's meeting at the level of Heads of State and Government on 31 January 1992 (S/23500), including the need for all Member States to fulfil their obligations in relation to arms control and disarmament and to prevent proliferation in all its aspects of all weapons of mass destruction,

Recalling also that the Statement underlined the need for all Member States to resolve peacefully in accordance with the Charter any problems in that context threatening or disrupting the maintenance of regional and global stability,

Affirming its resolve to take appropriate and effective actions against any threat to international peace and security caused by the proliferation of nuclear, chemical and biological weap-

ons and their means of delivery, in conformity with its primary responsibilities, as provided for in the United Nations Charter,

Affirming its support for the multilateral treaties whose aim is to eliminate or prevent the proliferation of nuclear, chemical or biological weapons and the importance for all States parties to these treaties to implement them fully in order to promote international stability,

Welcoming efforts in this context by multilateral arrangements which contribute to non-proliferation,

Affirming that prevention of proliferation of nuclear, chemical and biological weapons should not hamper international cooperation in materials, equipment and technology for peaceful purposes while goals of peaceful utilization should not be used as a cover for proliferation,

Gravely concerned by the threat of terrorism and the risk that non-State actors* such as those identified in the United Nations list established and maintained by the Committee established under Security Council resolution 1267 and

* Definitions for the purpose of this resolution only:

Means of delivery: missiles, rockets and other unmanned systems capable of delivering nuclear, chemical, or biological weapons, that are specially designed for such use.

Non-State actor: individual or entity, not acting under the lawful authority of any State in conducting activities which come within the scope of this resolution.

Related materials: materials, equipment and technology covered by relevant multilateral treaties and arrangements, or included on national control lists, which could be used for the design, development, production or use of nuclear, chemical and biological weapons and their means of delivery.

those to whom resolution 1373 applies, may acquire, develop, traffic in or use nuclear, chemical and biological weapons and their means of delivery, *Gravely concerned* by the threat of illicit trafficking in nuclear, chemical, or biological weapons and their means of delivery, and related materials,* which adds a new dimension to the issue of proliferation of such weapons and also poses a threat to international peace and security,

Recognizing the need to enhance coordination of efforts on national, subregional, regional and international levels in order to strengthen a global response to this serious challenge and threat to international security,

Recognizing that most States have undertaken binding legal obligations under treaties to which they are parties, or have made other commitments aimed at preventing the proliferation of nuclear, chemical or biological weapons, and have taken effective measures to account for, secure and physically protect sensitive materials, such as those required by the Convention on the Physical Protection of Nuclear Materials and those recommended by the IAEA Code of Conduct on the Safety and Security of Radioactive Sources,

Recognizing further the urgent need for all States to take additional effective measures to prevent the proliferation of nuclear, chemical or biological weapons and their means of delivery,

Encouraging all Member States to implement fully the disarmament treaties and agreements to which they are party,

Reaffirming the need to combat by all means, in accordance with the Charter of the United Nations, threats to international peace and security caused by terrorist acts,

Determined to facilitate henceforth an effective response to global threats in the area of non-proliferation,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. *Decides that* all States shall refrain from providing any form of support to non-State actors that attempt to develop, acquire, manufacture, possess, transport, transfer or use nuclear, chemical or biological weapons and their means of delivery;
2. *Decides also* that all States, in accordance with their national procedures, shall adopt and enforce appropriate effective laws which prohibit any non-State actor to manufacture, acquire, possess, develop, transport, transfer or use nuclear, chemical or biological weapons and their means of delivery, in particular for terrorist purposes, as well as attempts to engage in any of the foregoing activities, participate in them as an accomplice, assist or finance them;
3. *Decides also* that all States shall take and enforce effective measures to establish domestic controls to prevent the proliferation of nuclear, chemical, or biological weapons and their means of delivery, including by

establishing appropriate controls over related materials and to this end shall:

- (a) Develop and maintain appropriate effective measures to account for and secure such items in production, use, storage or transport;
- (b) Develop and maintain appropriate effective physical protection measures;
- (c) Develop and maintain appropriate effective border controls and law enforcement efforts to detect, deter, prevent and combat, including through international cooperation when necessary, the illicit trafficking and brokering in such items in accordance with their national legal authorities and legislation and consistent with international law;
- (d) Establish, develop, review and maintain appropriate effective national export and trans-shipment controls over such items, including appropriate laws and regulations to control export, transit, trans-shipment and re-export and controls on providing funds and services related to such export and trans-shipment such as financing, and transporting that would contribute to proliferation, as well as establishing end-user controls; and establishing and enforcing appropriate criminal or civil penalties for violations of such export control laws and regulations;

- 4. *Decides* to establish, in accordance with rule 28 of its provisional rules of procedure, for a period of no longer than two years, a Committee of the Security Council, consisting of all members of the Council, which will, calling as appropriate on other expertise, report to the Security Council for its examination, on the implementation of this resolution, and to this end calls upon States to present a first report no later than six months from the adoption of this resolution to the Committee on steps they have taken or intend to take to implement this resolution;
- 5. *Decides* that none of the obligations set forth in this resolution shall be interpreted so as to conflict with or alter the rights and obligations of State Parties to the Nuclear Non-Proliferation Treaty, the Chemical Weapons Convention and the Biological and Toxin Weapons Convention or alter the responsibilities of the International Atomic Energy Agency or the Organization for the Prohibition of Chemical Weapons;
- 6. *Recognizes* the utility in implementing this resolution of effective national control lists and calls upon all Member States, when necessary, to pursue at the earliest opportunity the development of such lists;
- 7. *Recognizes* that some States may require assistance in implementing the provisions of this resolution within

their territories and invites States in a position to do so to offer assistance as appropriate in response to specific requests to the States lacking the legal and regulatory infrastructure, implementation experience and/or resources for fulfilling the above provisions;

8. *Calls upon* all States:

- (a) To promote the universal adoption and full implementation, and, where necessary, strengthening of multilateral treaties to which they are parties, whose aim is to prevent the proliferation of nuclear, biological or chemical weapons;
- (b) To adopt national rules and regulations, where it has not yet been done, to ensure compliance with their commitments under the key multilateral nonproliferation treaties;
- (c) To renew and fulfil their commitment to multilateral cooperation, in particular within the framework of the International Atomic Energy Agency, the Organization for the Prohibition of Chemical Weapons and the Biological and Toxin Weapons Convention, as important means of pursuing and achieving their common objec-

tives in the area of non-proliferation and of promoting international cooperation for peaceful purposes;

- (d) To develop appropriate ways to work with and inform industry and the public regarding their obligations under such laws;

- 9. *Calls upon* all States to promote dialogue and cooperation on nonproliferation so as to address the threat posed by proliferation of nuclear, chemical, or biological weapons, and their means of delivery;
- 10. Further to counter that threat, *calls upon* all States, in accordance with their national legal authorities and legislation and consistent with international law, to take cooperative action to prevent illicit trafficking in nuclear, chemical or biological weapons, their means of delivery, and related materials;
- 11. *Expresses* its intention to monitor closely the implementation of this resolution and, at the appropriate level, to take further decisions which may be required to this end;
- 12. *Decides* to remain seized of the matter.

Résolution 1540 (2004)

Le Conseil de sécurité,
Affirmant que la prolifération des armes nucléaires, chimiques et biologiques et de leurs vecteurs constitue une menace pour la paix et la sécurité internationales,

Réaffirmant, dans ce contexte, la Déclaration du Président qu'il a adoptée lorsqu'il s'est réuni au niveau des chefs d'État et de gouvernement le 31 janvier 1992 (S/23500), y compris la nécessité pour tous les États Membres de s'acquitter de leurs obligations en matière de maîtrise des armements et de désarmement et de prévenir la prolifération dans tous ses aspects de toutes les armes de destruction massive,

Rappelant également que la dite déclaration soulignait qu'il fallait que tous les États règlent pacifiquement, conformément à la Charte, tout problème se posant dans ce contexte et menaçant ou perturbant le maintien de la stabilité régionale ou mondiale,

Affirmant sa détermination à prendre des mesures efficaces et appropriées contre toute menace à la paix et à la sécurité internationales causée par la prolifération des armes nucléaires, chimiques et biologiques et de leurs vecteurs, conformément aux responsabilités premières que lui confère la Charte des Nations Unies, Affirmant son attachement aux traités multilatéraux qui visent à éliminer ou prévenir la prolifération des armes nucléaires, chimiques et biologiques, et l'importance pour tous les États parties à ces traités de les appliquer intégrale-

ment afin de promouvoir la stabilité internationale,

Se félicitant de ce qu'apportent à cet égard les arrangements multilatéraux qui contribuent à la non-prolifération, Affirmant que la prévention de la prolifération des armes nucléaires, chimiques et biologiques ne doit pas entraver la coopération internationale à des fins pacifiques touchant les matières, les équipements et les technologies, les utilisations à des fins pacifiques ne devant toutefois pas servir de couverture à la prolifération,

Gravement préoccupé par la menace du terrorisme et par le risque de voir des acteurs non étatiques, tels que ceux visés par la liste de l'Organisation des Nations Unies établie et tenue par le Comité du Conseil de sécurité créé par la résolution 1267 (1999) ou ceux visés par la résolution 1373 (2001), se procurer des armes nucléaires, chimiques et biologiques et leurs vecteurs, en mettre au point, se livrer à leur trafic ou en faire usage,

Gravement préoccupé également par la menace que constitue le trafic d'armes nucléaires, chimiques ou biologiques et de leurs vecteurs, ainsi que des matières connexes, qui ajoute une dimension nouvelle à la question de la prolifération de ces armes et fait également peser une menace sur la paix et la sécurité internationales,

Considérant qu'il faut resserrer la coordination de l'action menée, aux niveaux national, sous-régional, régional et in-

ternational, pour que le monde réagisse avec plus de force face à la gravité de ce défi sérieux et à la menace qu'il fait peser sur la sécurité internationale,

Considérant que la plupart des États ont souscrit, en vertu des traités auxquels ils sont parties, des obligations juridiques contraignantes ou ont pris d'autres engagements en vue de prévenir la prolifération des armes nucléaires, chimiques et biologiques, et qu'ils ont pris des mesures effectives pour pouvoir comptabiliser les matières à risques, pour les mettre en lieu sûr et pour assurer leur protection physique, telles que celles imposées par la Convention sur la protection physique des matières nucléaires ou les mesures recommandées par l'Agence internationale de l'énergie atomique dans son Code de conduite sur la sûreté et la sécurité des sources radioactives,

Considérant en outre qu'il est nécessaire que tous les États prennent d'urgence des mesures effectives supplémentaires pour empêcher la prolifération des armes nucléaires, chimiques et biologiques et de leurs vecteurs,

Encourageant tous les États Membres à appliquer les traités et conventions relatifs au désarmement auxquels ils sont parties,

Réaffirmant qu'il faut combattre par tous les moyens, conformément à la Charte des Nations Unies, les menaces que les actes de terrorisme font peser sur la paix et la sécurité internationales, Décidé à faciliter à l'avenir une réponse effective aux menaces mondiales dans le domaine de la non-prolifération,

Agissant en vertu du Chapitre VII de la Charte des Nations Unies,

1. Décide que tous les États doivent s'abstenir d'apporter une forme d'aide quelconque à des acteurs non étatiques qui tentent de mettre au point, de se procurer, de fabriquer, de posséder, de transporter, de transférer ou d'utiliser des armes nucléaires, chimiques ou biologiques et leurs vecteurs;
2. Décide également que tous les États doivent, conformément à leurs procédures nationales, adopter et appliquer des législations appropriées et efficaces interdisant à tout acteur non étatique de fabriquer, de se procurer, de mettre au point, de posséder, de transporter, de transférer ou d'utiliser des armes nucléaires, chimiques ou biologiques et leurs vecteurs, en particulier à des fins terroristes, et réprimant les tentatives de se livrer à l'une de ces activités, d'y participer en tant que complice, d'aider à les mener ou de les financer;
3. Décide également que tous les États doivent prendre et appliquer des mesures efficaces afin de mettre en place des dispositifs intérieurs de contrôle destinés à prévenir la prolifération des armes nucléaires, chimiques ou biologiques et de leurs vecteurs, y compris en mettant en place des dispositifs de contrôle appropriés pour les matières connexes, et qu'à cette fin ils doivent :

- a) Elaborer et instituer des mesures appropriées et efficaces leur permettant de comptabiliser ces produits et d'en garantir la sécurité pendant leur fabrication, leur utilisation, leur stockage ou leur transport;
 - b) Elaborer et maintenir des mesures de protection physique appropriées et efficaces;
 - c) Elaborer et instituer des activités appropriées et efficaces de contrôle aux frontières et de police afin de détecter, dissuader, prévenir et combattre, y compris, si nécessaire, en coopération internationale, le trafic illicite et le courtage de ces produits, en accord avec leurs autorités légales nationales et leur législation, dans le respect de leur législation et conformément au droit international;
 - d) Créer, perfectionner, évaluer et instituer des contrôles nationaux appropriés et efficaces de l'exportation et du transbordement de ces produits, y compris des lois et règlements adéquats permettant de contrôler les exportations, le transit, le transbordement et la réexportation et des contrôles sur la fourniture de fonds ou de services se rapportant aux opérations d'exportation et de transbordement - tels le financement ou le transport - qui contribueraient à la prolifération, ainsi qu'en établissant des dispositifs de contrôle des utilisateurs finals; et en fixant et appliquant des sanctions pénales ou civiles pour les infractions à ces législations et réglementations de contrôle des exportations;
4. Décide de créer, conformément à l'article 28 de son règlement intérieur provisoire et pour une période ne dépassant pas deux ans, un comité du Conseil de sécurité formé de tous les membres du Conseil et qui fera appel, le cas échéant, à d'autres compétences, qui lui fera rapport pour son examen sur la mise en œuvre de la présente résolution, et, à cette fin, demande aux États de présenter au Comité un premier rapport au plus tard six mois après l'adoption de la présente résolution sur les mesures qu'ils auront prises ou qu'ils envisagent de prendre pour mettre en application la présente résolution;
 5. Décide qu'aucune des obligations énoncées dans la présente résolution ne doit être interprétée d'une manière qui la mette en contradiction avec les droits et obligations des États parties au Traité sur la non-prolifération des armes nucléaires, à la Convention sur l'interdiction de la mise au point, de la fabrication, du stockage et de l'emploi des armes chimiques et sur leur destruction et à la Convention sur l'interdiction de la mise au point, de la fabrication et du stockage des armes biologiques ou à toxines et sur leur destruction, ou d'une manière qui modifie ces droits et obligations;

6. Apprécie l'utilité, aux fins de l'application de la présente résolution, de listes de contrôle nationales effectives et demande à tous les États Membres de mener à bien, si nécessaire, à la première occasion la rédaction de telles listes;
7. Reconnaît que certains États pourront avoir besoin qu'on les aide à appliquer les dispositions de la présente résolution sur leur territoire, et invite les États qui en ont les moyens à offrir leur concours, selon qu'il conviendra, en réponse aux différentes demandes des États qui ne disposeront pas de l'infrastructure juridique et réglementaire, de l'expérience pratique ou des ressources nécessaires pour se conformer aux dispositions énoncées ci-dessus;
8. Demande à tous les États :
 - a) De promouvoir l'adoption universelle et l'application intégrale et, au besoin, le renforcement des traités multilatéraux auxquels ils sont parties qui ont pour objet d'empêcher la prolifération d'armes nucléaires, chimiques ou biologiques;
 - b) D'adopter, si ce n'a pas encore été fait, des règles et réglementations nationales visant à garantir la conformité avec leurs engagements au titre des principaux traités multilatéraux de non-prolifération;
 - c) De renouveler et de concrétiser leur engagement en faveur de la coopération multilatérale, en particulier dans le cadre de l'Agence internationale de l'énergie atomique, de l'Organisation pour l'interdiction des armes chimiques et de la Convention sur l'interdiction de la mise au point, de la fabrication et du stockage des armes biologiques et à toxines et sur leur destruction, qui sont des moyens importants de poursuivre et d'atteindre leurs objectifs communs dans le domaine de la non-prolifération et de promouvoir la coopération internationale à des fins pacifiques;
- d) D'élaborer des moyens appropriés de collaborer avec l'industrie et le public et de les informer des obligations que leur imposent les lois en question;
9. Demande à tous les États de promouvoir le dialogue et la coopération dans le domaine de la non-prolifération, de façon à apporter des réponses à la menace que constitue la prolifération des armes nucléaires, chimiques et biologiques et de leurs vecteurs;
10. Demande à tous les États, comme autre moyen de contrer cette menace, de mener, avec l'aval de leurs autorités légales nationales, dans le respect de leur législation et conformément au droit international, une action coopérative visant à prévenir le trafic des armes nucléaires, chimiques ou biologiques, de leurs vecteurs et des matériels connexes;

11. Déclare compter suivre de près la mise en œuvre de la présente résolution et prendre au niveau approprié les décisions ultérieures qui pourraient s'avérer nécessaires à cette fin;

12. Décide de rester saisi de la question.

Définitions aux fins de la présente résolution uniquement :

Vecteurs : missiles, fusées et autres systèmes sans pilote capables de conduire à leur cible des armes nucléaires, chimi-

ques ou biologiques, spécialement conçus pour cet usage.

Acteurs non étatiques : personne ou entité n'agissant pas sous l'autorité légale d'un État, menant des activités tombant sous le coup de la présente résolution.

Matières connexes : matières, équipements et technologies couverts par les traités et arrangements multilatéraux pertinents, ou figurant sur les listes de contrôle nationales, susceptibles d'être utilisées aux fins de la conception, de la mise au point, de la fabrication ou de l'utilisation d'armes nucléaires, chimiques et biologiques et leurs vecteurs.